

O valor no capitalismo cognitivo e a cultura hacker

Fábio Malini*

Resumo Este trabalho busca organizar os principais debates sobre o conceito de valor no interior da crítica ao capitalismo cognitivo, sobretudo na obra de Antonio Negri e André Gorz. Parte-se dessa crítica para se chegar à análise da cultura *hacker* como um novo campo de antagonismo social, marcado pela renovação do conceito de resistência, onde a valorização da mercadoria se associa cada vez mais ao aumento da quantidade de cooperação social e inteligência incorporadas aos bens/serviços, sem que necessariamente passe por processos de exploração capitalista.

Palavras-chave capitalismo cognitivo; valor; conhecimento; informação

Value in cognitive capitalism and the hacker culture

Abstract This study attempts to organize the main debates about the concept of value within the critique of cognitive capitalism, especially in the work of Antonio Negri and André Gorz. It is of critical analysis to reach the hacker culture as a new field of social tension, marked by the renewal of the concept of resistance, where the recovery of the goods is even more associated to the increased amount of cooperation and social intelligence embedded in products/services, without necessarily passing through processes of capitalist exploitation.

Keywords cognitive capitalism; value; knowledge; information

“Se o conhecimento é, por certo, fonte de valor,
ele destrói muito mais valor do que serve para criar.”

André Gorz

A desmaterialização dos meios de produção requer outro tempo produtivo. Um tempo ligado a uma dimensão virtual, como então *possibilidade de tudo vir a ser*. É nele que reside a força-invenção do trabalho. Por estar espraiada pela infinita produção das singularidades, essa força-invenção é descontínua e aleatória. Manifesta-se, portanto, como um devir. Essa virtualidade acarreta uma alteração profunda no *tempo produtivo*, à medida que ele é agora um conceito completamente estendido, pois é um tempo coextensivo e sobreposto à própria vida.

* Doutor em Comunicação e Cultura pela UFRJ e Professor Adjunto do Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Espírito Santo. Travessa Lucio Bacelar 100/201, Praia da Costa, Vila Velha- Espírito Santo. CEP. 29101035. E-mail: fabiomalini@gmail.com

Será evidente, por exemplo, que se torna muito mais importante o tempo dos processos de formação do que o tempo de aplicação imediata à produção; tornar-se-á sempre mais importante o tempo das relações externas que alimentam o conhecimento e o empurram para atos e decisões mentais, mais do que acumulação de pequenas quantidades temporais de trabalho que não constituem, como ocorria no passado, a condição de decolagem da realização capitalista do valor. (Negri, 2003, p. 93)

Não é só o tempo aplicado à produção direta da mercadoria que explica a própria geração de riqueza e, conseqüentemente, de exploração. Somente uma inovação científica e a força-cérebro inventiva do trabalho são capazes de “reduzir o tempo” no qual o capital circula, imputando nele esse tempo virtual que faz a própria vida.

Se antes, para produzir uma mercadoria, era necessário um certo número maior de horas de trabalho simples (...) ou, de qualquer maneira, se para produzir um número maior de mercadorias era necessário um aumento da massa de trabalho, hoje, observamos, ao contrário, que cada aumento de produção nasce da expressão de atividades intelectuais, da força produtiva da descoberta científica e sobretudo da estreita aplicação da ciência e da tecnologia à elaboração da atividade de transformação da matéria. (Negri, 2003, p. 92-3)

O valor-mercadoria altera-se, dado que não é composto majoritariamente do tempo do trabalho, mas do tempo da formação do trabalho. E esse tempo, contínuo e virtual, é impossível de ser medido, embora seja possível de ser capturado. Mas essa captura nunca é completa, porque o capital não pode controlar por inteiro a inteligência, as capacitações afetivas, a produção de linguagem e os conhecimentos técnicos da multidão. Além disso, como salienta Gorz (2005), o conhecimento recobre uma grande diversidade de capacidades heterogêneas. Não se trata de ter um trabalho cujo valor é uma medida de um tempo homogêneo, que é medido em horas. Esse é um trabalho que não tem uma medida comum. Ele é “juízo, intuição, senso estético, nível de formação e informação, a faculdade de aprender e de se adaptar a situações imprevistas” (idem, p.29). São heterogeneidades de atividades ditas cognitivas, que formam o *capital imaterial do trabalho*.

Capturar as virtualidades será sempre então controlar os fluxos da própria vida. A noção de rede – trazida da realidade das conexões telemáticas – explicita exatamente a forma organizada de extração desses fluxos. Nas redes virtuais, a vida se processa como interação em tempo real e se mantém sempre registrada na forma de informação. Todo contato com o outro (seja o sujeito ou a própria máquina), na forma de cooperação, acaba por resultar em um conhecimento registrado, então acessível a todos, inclusive aos dispositivos do comando. Mas o comando, nesse caso, é uma função da rede e não o sujeito dela. O capital quer ser tão nômade como a cooperação social.

O desenvolvimento capitalista, a criação capitalista do valor se baseia, cada vez mais, no conceito de captação social do próprio valor. A captação da novidade,

expressão da atividade criadora, é o resultado de uma socialização crescente da produção. O que significa, ainda: a empresa deve poder valorizar a riqueza produzida pelas redes que não lhes pertencem; a empresa, e portanto a organização do capitalismo cognitivo, se baseia cada vez mais em uma capacidade de apropriação privada, imposta por meio da captação dos fluxos sociais do trabalho cognitivo. (Negri, 2003, p. 94)

A diferença de outros tempos para agora é que antes o valor estava dentro de uma relação de comando, e hoje é o comando que está dentro de uma relação de valor. Em outros termos, o operário existia dentro do capital, pois eram os patrões que detinham a propriedade dos instrumentos de produção. Mas, no capitalismo cognitivo, a força-cérebro torna-se o principal instrumento da produção. E o capital se encontra dentro do trabalho, e não mais o seu contrário. Daí que ambas as categorias se encontram clivadas e confundidas, produzindo, afinal, relação antagônica que redunde em trabalho contra trabalho. O conhecimento torna-se o bem primordial do capitalismo contemporâneo; significa que a produção será ligada ao grau de socialização e circulação de saberes que constituem as forças produtivas.

Quando hoje, ao contrário, a Inteligência Coletiva se torna hegemônica na produção capitalística, ou seja, quando o trabalho imaterial e cognitivo se torna imediatamente produtivo, então a força de trabalho intelectual se libera dessa relação de dependência e o sujeito produtivo se apropria ele mesmo desses instrumentos de trabalho outrora pré-constituídos pelo capital. Em outras palavras, o capital variável se representa como capital fixo. O sujeito produtivo traz então consigo, ao nível de Inteligência Coletiva, uma extraordinária energia em condições de romper a relação capitalística, isto é, a estrutura que faz o operário existir no interior do capital. Conclusão: sou produtivo fora da minha relação com o capital, e o fluxo de capital cognitivo e social não tem mais nada a fazer com o capital como estrutura física nas mãos dos patrões. (Negri, 2006, p.12-5)

O fato do comando se localizar dentro das relações de autovalorização acaba por produzir uma crise na função progressista, modernizadora, do capital: o instrumento do trabalho já não é propriedade dele exclusiva, mas difuso nas próprias redes virtuais e territoriais, que tornadas fábrica, produzem a partir de instrumentos também socializados (o saber, a cultura, a inteligência, a técnica, os processos, etc). Assim, a velha dialética se despedaça à medida que o trabalho é produzido por uma força-cérebro que deve ser de todos, como garantia para geração de intelectualidades de massa, que são as bases para a produção do valor. Neste caso, é a liberdade, e não o comando, que funda o valor. O dilema ganha contornos de crise para o capital, e de catástrofe para a sociedade. Sem a possibilidade de produzir comando sobre os instrumentos, o capital opta pela guerra como uma mediação fundamental para o exercício do controle sobre as populações.

É catástrofe social porque o capital para manter a sua produtividade captura o valor ao mesmo tempo em que bloqueia o acesso e a socialização do conhecimento, da informação, da cooperação e da comunicação. A guerra então será também de cunho biopolítico: privatizar o conhecimento será uma forma de extrair parte do valor que constitui a própria potência das novas forças de trabalho.

O capital torna-se produtivo somente na medida em que capta valores pré-constituídos do trabalho social. Aqui, então, a função do comando se organiza como ameaça de bloquear a informação, como interrupção dos processos cognitivos, em suma, o capital parasitário é aquele que extrai o valor sobretudo da interrupção dos movimentos de conhecimento, de cooperação, de linguagem. Para viver e reproduzir-se o capitalismo é obrigado a chantagear a sociedade e a bloquear os processos sociais de produção toda vez que apresentem excedente no que concerne a seu comando. (Negri, 2003, p.95)

Essa resposta do comando capitalista só ocorre porque, no processo de autovalorização, o trabalho – e o conhecimento dele derivado – mostra-se como algo pouco dócil, já que se forma a partir de leis econômicas que diferem profundamente daquelas criadas pelo pensamento liberal, provocando algo que Enzo Rullani (2004) denomina de *mismacthings*: um apanhado de incoerência no processo de valorização, pois:

... o processo de transformação do conhecimento em valor não é, assim, linear e estável no tempo. Ao contrário, implica instabilidade, pontos de descontinuidade, catástrofes, uma multiplicidade de caminhos possíveis. É justamente quando nos situamos em um ponto de vista pós-fordista que os obstáculos encontrados pela valorização do conhecimento tornam-se claramente espaços de crise. Entretanto, nesses espaços, que são também espaços de liberdade, podem ser inseridas soluções novas e transformações institucionais originais. Daí que, com toda razão, se fala tanto de capitalismo cognitivo. (Rullani, 2004, p.101)

Para Rullani (2004) o “espaço da crise” gerado pelo processo de transformação do conhecimento em valor ocorre porque o conhecimento tem certamente um valor de uso – para usuários e para a sociedade - mas não tem um valor de custo que possa ser empregado como referência para determinar o valor de troca, de forma que tanto o trabalho quanto o capital, tem ambos, pela primeira vez, o poder de autovalorização.

O custo de produção do conhecimento é enormemente incerto – o processo de aprendizagem é por sua natureza aleatório – e, sobretudo, é radicalmente diferente do custo de sua produção. Uma vez que uma primeira unidade foi produzida, o custo necessário para reproduzir as demais unidades tende a zero – se o conhecimento é digitalizado. Em nenhum caso esse custo tem haver com o custo de produção inicial. (Rullani, 2004, p.102)

Essa qualidade de reprodução a custo zero ocorre porque o conhecimento é um bem coletivo indivisível, logo, não-concorrencial (ele pode ser meu e seu ao mesmo tempo). Se o conhecimento não tem valor de troca, ele se deixa compartilhar ao bel prazer, “segundo a vontade de cada um e de todos, gratuitamente, especialmente na Internet” (Gorz, 2005, p.36).

A transmissão de um conhecimento em nada empobrece aquele que o possui; ao contrário, sua difusão [...] contribui para aumentar o valor próprio do conhecimento. [...] O consumo não é destrutivo, mas criador de outros conhecimentos. Consumo e produção coincidem na produção de conhecimentos. (Lazzarato, 2003, p.69)

Há situações, como no caso dos serviços relacionais (educação, cuidados, assistência, moda, design, publicidade, marketing), em que o valor assume um caráter ainda maior de incomensurabilidade, porque quanto maior for a parcela de doação e de produção de si, maior será a marca pessoal contida nesse serviço; assim, lhe confere “um valor intrínseco que prevalece sobre seu valor de troca normal” (Gorz, 2005, p.33).

O cálculo do valor de troca se complexifica no capitalismo cognitivo porque, não tendo o conhecimento um ponto fixo de onde partiria uma estimativa financeira e possuindo um custo de reprodução que tende a ser nulo, o valor de troca só existirá graças à capacidade do comando de limitar a sua difusão livre. A possibilidade de imitar, copiar, reinventar, de apreender conhecimentos de outros, ficaria então bloqueada por uma atuação de um poder institucional ou legal. O valor de troca então se revela como a quantidade de tempo que o comando consegue produzir para ficar longe da imitação. Não é a escassez que cria o valor de troca, mas um poder que impõe um tempo para que o conhecimento não circule.

Sendo assim, segundo as análises de Enzo Rullani, essa *new economy* é uma economia da velocidade. A operação para produzir esse novo valor das mercadorias passa primeiro pela aceleração da difusão dos bens, o que garante um valor (ainda de uso) advindo do ineditismo de quem o produz. Mas, do ponto de vista do capital, o valor de troca só acontece, quando quem difunde também consegue impor uma desaceleração da socialização. O valor de troca se encontra nesse *gap* entre aceleração da difusão e desaceleração da socialização. Veja bem, a difusão de um bem deve possibilitar que o conhecimento contido nele seja socializado para todos os concorrentes e todos os usuários potenciais. Mas num ritmo lento de socialização, até que possa difundir uma outra inovação que substitua a tempo o seu conhecimento que acabara de ser incorporado pela concorrência e pelos usuários potenciais. O *up to date* é, na verdade, um dispositivo que já é oferecido tardiamente do ponto de vista do capital, mas entendendo isto como base para o progresso do capital.

Gorz (2003) – tal como Virno e outros autores – identifica a publicidade e o marketing como a maior indústria do capitalismo cognitivo e, portanto, a que mais utiliza essa estratégia de subtração do valor. É uma indústria que confere às mercadorias qualidades únicas e incomparáveis e, por conta disso, acaba vendendo os produtos, pelos menos por algum tempo, com preços elevados. “[A publicidade e o marketing] detêm uma espécie de monopólio e buscam assim uma renda monopolista, contornando temporariamente a lei do valor. Em outras palavras, freiam a baixa do valor de troca das mercadorias ainda que seu custo de produção seja cada vez menor em termos de horas de trabalho e de pessoal alocado” (Gorz, 2003, p.36).

Essa estratégia de acelerar a difusão e desacelerar a socialização faz com que a riqueza deva ser difusa (pública) ao mesmo tempo que não possa ser socializada (comum). O que é público torna-se aqui antagônico daquilo que é comum.

O público e o comum são mantidos separados. Esta é a força (o público, a difusão: celulares para todo mundo; a internet grátis) [...] e a fraqueza (a discriminação na base do poder de compra do uso real dos serviços; os obstáculos à proliferação criativa dos usos das informações e de suas ferramentas impostas pela lógica proprietária do copyright). (Cocco & Malini, 2003, p. 9-11)

A partir desse antagonismo entre público e comum, no mínimo, duas tendências de distribuição de conhecimento serão encontradas no interior do capitalismo cognitivo. A primeira é focada no modelo do *collecting* que realça o ponto de vista da publicização. Nessa forma de distribuição, os conhecimentos possuem um caráter fixo e intransferível. A segunda forma de distribuição indica o movimento da socialização do comum e surgiu no interior do campo tecnológico, sendo depois socializado para outras esferas da produção, principalmente a cultural. Graças a um trabalho coletivo, foram criadas dezenas de tecnologias que possibilitaram a transferência de textos, imagens, áudio, vídeos de um computador para outro, os chamados programas *peer-to-peer*. Estes permitiram a implantação de um modelo alternativo ao *collecting*, intitulado de *downloading*, de caráter móvel e transferível, que distribui bens e conhecimento de forma livre, sem intermediários. A tentativa de libertação do conhecimento dos aparatos que o confinam acaba demandando desses sujeitos a criação de um modo de comunicar próprio e um meio de comunicação próprio.

O modelo do *downloading* nos permite especular que, bem diferente do capital, o trabalho cognitivo traz a possibilidade de sujeitos comunicativos tomar a produção midiática para si. Essa talvez seja a ação que está no núcleo da inversão do processo de desigualdade social no campo do conhecimento: tomar a produção de midiática para si. E fazê-lo circular, para então começar a produção.

O plano da resistência vai operar aí de dupla forma: ou cópia, ou sistema livre de produção. A primeira acelera a socialização por meio da imitação. A segunda, por meio de dispositivos cooperativos e públicos, difunde e socializa toda a produção. Ambas têm de idêntico o efeito de não ameaçar a propriedade, mas destruir seu caráter privado (Negri & Hardt, 2005). Esses dois planos do antagonismo fazem reduzir o valor de troca, mas possibilitam que haja aumento de riqueza, à medida que muitos desses produtos são a base para se criarem outros, porém, livres, por meio de um método primário da socialização do trabalho, marcado pela abundância das trocas e doações e não pela escassez do conhecimento.

O que ocorre nos setores da dita “nova economia” ilustra muito bem a disputa entre essas duas lógicas de gestão do conhecimento. Num lado do comando capitalista, todo um sistema proprietário privado transforma cada inovação tecnológica em propriedade intelectual (*copyright*). De outro, no plano da resistência, um sistema proprietário público (*copyleft*) transforma o saber em um bem comum, resguardando a sua autoria, e exige legalmente que qualquer alteração desse bem ou mesmo qualquer obra derivada dele se converta também em bem comum. Isso acaba fazendo com que toda a produção se mantenha livre de apropriações privadas, o que considera o saber, antes de tudo, como o resultado de um trabalho social e coletivo. Comando e resistência são formas antagônicas que denotam propriedade intelectual e criação coletiva, respectivamente.

Negri & Hardt (2005) demonstram que a difusão a baixo custo dos bens imateriais por meio de tecnologias de reprodução (computador, máquina de fotocópia, gravação digital, etc) é a principal utilidade social e econômica da economia cognitiva.

Naturalmente, a reprodução é muito diferente das formas tradicionais de roubo, pois a propriedade original não é tomada de seu proprietário; simplesmente passa a haver mais propriedade para alguém mais. A propriedade privada baseia-se tradicionalmente numa lógica de escassez – a propriedade material não pode estar em dois lugares ao mesmo tempo; se você a tem, eu não posso tê-la –, mas a infinita reproduzibilidade que é um elemento central dessas formas imateriais de propriedade solapa diretamente qualquer concepção de escassez como esta. (Negri e Hardt, 2005, p.235)

A relação entre valor e conhecimento permanece então complexa porque a difusão possui sempre efeitos multiplicadores – uma inovação sempre é copiada ou adaptada rapidamente em outras inovações, portanto, a difusão é sempre potencialmente produção de riqueza. E a socialização possui sempre efeitos divisores – a multiplicidade de cópias e reinvenções diminui o valor de troca. Essa tensão entre a *forma-dinheiro* e a *forma-conhecimento* conserva-se, para o capital, como distintas entre si, produzindo toda uma série de incoerências. (Negri e Hardt, 2005, p.104).

A causa dessa incoerência: (a) o valor que pode ser extraído dos conhecimentos produzidos não é maximizado, já que sua difusão segue sendo inferior à aquela potencialmente possível; (b) se devido precisamente a esta falta de difusão não há suficiente garantias sobre os rendimentos, não se realiza novos investimentos em conhecimentos; ou bem se realizam em quantidade menor em relação ao que teria sido possível e desejável para a sociedade. (Negri e Hardt, 2005, p.235)

Para Rullani (2004), a valorização do conhecimento, no âmbito do capitalismo cognitivo, acaba por ser um paradoxo, pois é danoso a trabalhadores e empresários. Em primeiro lugar, essa valorização pode conduzir a uma perda social, pois os recursos cognitivos disponíveis não são plenamente utilizáveis, já que o regime do *copyright* limita a sua apropriação coletiva. Em segundo lugar, como há uma sub-acumulação, derivada do fato de a difusão não permitir que os lucros sejam obtidos em um tempo mais alargado, o investimento de aprendizagem não se torna a preocupação central nem as empresas, nem o trabalho. Em suma, essas questões só emergem na atualidade, porque “o conhecimento gera valor se é difuso, mas a difusão tende a reduzir seu grau de apropriabilidade” (Negri e Hardt, 2005, p.105).

Esse impasse, para o sociólogo André Gorz, só ocorre porque a economia cognitiva e o capitalismo seriam inconciliáveis, pois a principal força produtiva – o saber – não é quantificável, quer dizer, não pode ser medida por horas de trabalho. Além disso, para Corsani (2003) o fato do saber ser difuso faz com que o capital saia de uma lógica de valorização baseada em um controle direto do processo de produção. Por conta disso, provoca uma crise “de fundo no capitalismo e antecipa uma outra economia, de tipo novo e ainda a ser fundada” (Gorz, 2003, p.35). Essa *outra economia* a ser fundada estaria, para Gorz, já se constituindo no espaço liso das redes (*freenets*); as empresas já estariam trabalhando nas redes para unir-se nos momentos da tomada de decisão e consumo. Os usuários, através de mecanismos de auto-organização, auto-coordenação e a livre troca de saber, estariam produzindo um emaranhado de produtos e serviços criados a partir da colaboração em rede sem a necessidade de uma intermediação do mercado.

Os produtores, que se relacionam entre si em redes, colocam-se em comum acordo preventivamente e de maneira pactuada para produzir em função das necessidades, desenvolvendo sua função produtiva como um complexo de atividades essencialmente coletivas, promovendo um intercâmbio de bens e serviços sem que tenha sido previamente acertado o caráter dessas mercadorias. O dinheiro torna-se supérfluo, e o capital teria assim sua própria base capturada. (Gorz, 2003, p.38)

Seguindo a mesma direção, Franco Bifo analisa que o valor torna-se um desafio para os estudos contemporâneos porque o capital, a terra e o trabalho já não são mais os fatores decisivos do campo econômico. A medida do que seja riqueza não se explica somente por esses três componentes. Se antes essa relação pautava-se num tempo quantificável, hoje se processa em um tempo descontínuo e aleatório.

O tempo de trabalho necessário para reproduzir um sinal de mercadoria pode ser uma quantidade irrisória (como no caso do trabalho necessário a copiar um programa informático) e pode ser uma quantidade enorme (como no caso do trabalho necessário a produzir um programa informático). (Bifo, 2005, p.100)

Tendencialmente, com o ingresso cada vez maior de empresas e trabalhadores na economia da informação, o valor torna-se impossível de ser medido apenas com o tempo do trabalho, já que a força de trabalho está fora de uma relação dialética com o capital, que não mais a comanda com seus dispositivos disciplinares, tal como ocorria com o modelo fabril fordista, em que a riqueza era produto mais do automatismo da força de trabalho.

A cultura *hacker* e um novo desejo produtivo

Esse plano de novas subjetivações assentou experiências que se tornaram fundamentais para criar processos de singularização que se mostrassem a base para a construção de estilos de vida, de formas inovadoras de produção de empreendimentos econômicos e sociais, de tecnologias inteligentes de produção; enfim, de todo um conjunto renovado de atividade rica em valor.

Talvez a *cultura hacker* ilustre muito bem isto que queremos dizer. A motivação para criação de inovações tecnológicas reside na construção de meios para que haja circulação de saberes que possam tornar a sociedade mais desenvolvida e mais aproximada. Não se trata, em nenhuma hipótese, de altruísmo. O *hacker* busca o reconhecimento social, o que se torna o seu principal instrumento de valoração do próprio trabalho. Quanto maior é o seu reconhecimento social, maior é o seu acúmulo de capital humano, o que obviamente é traduzido em ofertas crescentes de trabalhos e atividades. A economia política da *cultura hacker* faz residir o valor na circulação (dos seus conhecimentos, mas também dos valores da sua própria vida). A internet, como invenção máxima da cultura hacker, expressa bem essa nova configuração da produção do valor: é o espaço de distribuição, mas também de produção de novos processos, produtos e serviços, que eventualmente se tornam valores para a produção de outros processos, produtos e serviços. A circulação torna-se eminentemente produtiva.

Penso que os hackers valorizam antes de tudo uma relação com o trabalho que não se baseia no dever e sim na paixão intelectual por uma determinada atividade, um entusiasmo que é alimentado pela referência a uma coletividade de iguais e reforçada pela questão da comunicação em rede. São vários os autores que explicam essa ética hacker e que insistem em pensar que o espírito hacker consiste na recusa das idéias de obediência, de sacrifício e de dever que sempre foram associadas à ética individualista, à ética protestante do trabalho. Os hackers substituem essa ética não de uma maneira egoísta, mas, ao contrário, por um novo valor que prega que o trabalho é mais alto quanto maior seja a paixão que esse trabalho desperte. Falamos de paixão, aderência, interesse e continuidade. Essa maneira de pensar o trabalho une, fundamentalmente e de maneira indissociável, o prazer intelectual a força pragmática e ao compromisso social. (Negri, mimeo)¹

A *cultura hacker* exemplifica como hoje o sujeito constrói o próprio mundo para além de uma definição do valor como tempo, portanto, como repetitividade. Ela expressa um novo modo de viver e gozar o tempo, diz Negri. Por isso que o trabalho será desmedido, já que a informação e a cultura imputadas num bem ou num processo são algo impossível de se mensurar em quantidade de tempo. É algo que está além da medida. O valor de um *modem*², essa invenção hacker fantástica, não se expressa somente pelo tempo despendido para a sua produção, já que é um *acúmulo de trabalho* (na forma de saberes) constituído por múltiplas subjetividades em contato: da cultura universitária ao hackerativismo. O bem da nova economia não tem genética.

Como diz Lazzarato, o trabalho inunda o tempo da vida. Nossos valores, nossas experiências, nossas comunidades, nossos gostos, nossos posicionamentos éticos, tornam-se bases para que o trabalho possa ser processado. O tempo do trabalho que se localiza a cultura *high tech*, mas também na cultura do *precariado urbano*, é um *kairós*: “tempo como fonte de criação contínua de imprevisíveis novidades, aquilo que faz com que tudo se faça” (Lazzarato, 1998, p.95). A vida e trabalho tornam-se então cada vez mais processos sociais sobrepostos.

O trabalho é considerado fadiga e condenação, hoje podemos começar a falar do trabalho de todos como atividade e expressão. Isso significa, então, que não se poderá mais falar do trabalho como uma quantidade, como uma repetição, como uma simples alienação, em suma, como uma entidade física. Certamente, a atividade laboral é quantificável, ela expressa maiores ou menores intensidades, é mensurável (e, nessa medida, é alienada), mas não poderá ser simplificada até o ponto de ser reduzida a uma quantidade temporal (e a uma relação fixa atividade-tempo) e portanto a uma dimensão de pura alienação. Para dizê-lo de outra forma, o trabalho que produz valor é antes atividade criativa; depois poderá ser, eventualmente, medido e/ou alienado. Conseqüentemente, o trabalho real, ou seja, complexo, não poderá mais ser considerado um assemblage de cotas de trabalho simples, mas uma concatenação de atividades criativas, isto é, cooperação produtiva. (Negri, 2003, p.254)

¹ Palestra ministrada no Palácio Capanema em 2003, sob o título de A Constituição do Comum.

² O modem foi inventado por dois estudantes de Chicago nos primeiros anos da década de 70. Na época, eles sentiam a necessidade de enviar informações pelo telefone, já que, por conta do inverno da cidade, se viam inviabilizados de se encontrar com mais frequência. Criaram juntos aquilo que possibilitou trocas de informação, produção de encontros, criação de processos, bens e serviços, etc.

Paolo Virno chega a afirmar que há, no espírito do novo capitalismo, uma desproporção entre tempo de trabalho e tempo de produção. E essa desproporção se apresenta primeiro na jornada laboral: “O operário vigia e coordena (tempo de trabalho) o sistema automático de máquinas (cujo funcionamento define o tempo de produção); a atividade do trabalhador se resume, freqüentemente, em uma espécie de manutenção” (Virno, 2003, on-line). Para Virno, o tempo do trabalho seria o momento de interrupção do tempo da produção. A segunda desproporção se associa ao fato de o tempo de produção conter o tempo do não-trabalho, momento em que a cooperação produtiva se radica.

Nesse contexto em que a produção do valor passa cada vez mais pela captação de elementos que estão fora da jornada laboral, o econômico depende intensamente das “externalidades positivas”, como afirmam os economistas. Em suma, aquilo que está no âmbito da reprodução social, a riqueza social (informação, conhecimentos, cultura, estética, gostos, estilos, processos, os territórios etc) é o fundamento do econômico.

A revolução tecnológica das novas tecnologias da informação e comunicação opunha a capacidade criativa e cooperativa das forças sociais à coerência do modelo fordista de organização do trabalho, que se pretendia científico universal, e apostava na massificação-padronização das necessidades e desejos, bem como na cooperação somente entre as grandes empresas e o Estado. Essa revolução faz a cultura, a comunicação, a produção lingüística e a produção social de saber emergirem como meios de produção e como produtos, exatamente o que a economia tinha excluída do seu campo de investigação (Corsani, 2003, p.14).

Por isso que não faz mais sentido opor trabalho produtivo e improdutivo. Como diz Negri, o trabalho produtivo já não é de fato o que produz diretamente capital, mas sim o que reproduz o social. Ele se apresenta como uma relação de comando, exatamente, quando busca bloquear o fluxo socializador da cooperação, da informação e do conhecimento. Isso implica em afirmar que o trabalho produz a partir do acesso a um excedente que ele próprio constituiu.

O lugar da resistência no capitalismo turbinado

“A experiência da fuga é como um treinamento para o desejo de liberdade.”

Antonio Negri

“O ato de resistência possui duas faces. Ele é humano e também um ato artístico. Somente o ato e resistência resiste à morte, seja sob a forma de uma obra de arte, seja sob a forma de uma luta dos homens.”

Gilles Deleuze

Ao fazer a análise da questão do valor no capitalismo cognitivo, chegamos à conclusão que as mesmas forças produtivas e relações sociais que mantêm a base do capital tornam-se, ainda mais, condições para explodi-las. Isto porque – numa economia informacional – é o trabalho que define o capital e não o contrário; e o processo de produção de subjetividade se constitui “fora” da relação de um comando capitalista. *A resistência vem antes do poder, a luta antes do comando.*

O comando (o Estado, o Capital e seus respectivos dispositivos do poder) é uma resposta às lutas contínuas dos sujeitos políticos. Para Negri, a cooperação não é determinada pelo econômico, porque se trata da própria vida da sociedade. Os elementos criativos, da inovação, são ligados àqueles que só as formas de vida produzem. O econômico tenta (mas tendo muitas resistências) se apropriar das formas e dos produtos dessa cooperação, normatizá-los e padronizá-los, gerir e regular as atividades do trabalho imaterial: criar dispositivos de controle e de criação do público através do controle das tecnologias da informação e da comunicação (TIC's) e seus processos organizativos.

(...) o que seja a resistência o sabemos com certa precisão, uma vez que na vida cotidiana uma grande maioria de sujeitos sociais se encontra exercendo-a. Nas atividades produtivas, contra um patrão; nas atividades da reprodução social, contra as autoridades que regulam e contra a vida (na família, o paternalismo...); na comunicação social, contra os valores e os sistemas que fecham a experiência e a linguagem na repetição e os empurram para a ausência de sentido. A resistência interage duramente, mas também criativamente, com o comando, em quase todos os níveis da vida social vivenciada (Negri, 2003, p.97).

O trabalho, entendido como imaterial, é capaz então de gerar um novo enfrentamento político, uma força de trabalho alternativa e não dialética ao capitalismo, já que sua genealogia é externa ou atravessada pelo modo de produção capitalista. Na economia da informação, a crítica radical se manifesta então como autonomia da constituição dos sujeitos.

Preferimos ler o “tempo livre” e as “atividades culturais, relacionais, cognitivas, etc” não como uma exterioridade dada às relações de mercado e espaço que deveríamos defender contra “a extensão a todos os âmbitos da economia capitalista de mercado”, mas como novo terreno de enfrentamento político. A exterioridade ao capitalismo necessita ser construída através de formas de recusa, de cooperação e de organização que atravessem de modo antagônico o “tempo de vida” colonizado pela produção de mercado (idem, p.26).

Quando essa corrente teórica insiste na afirmação de que a resistência vem antes do poder, não significa que o trabalho se constitui fora de uma relação de capital; quer dizer apenas que o trabalho é produtivo independente dos dispositivos disciplinares que o capital transformou em comando: a disciplina fabril e o capital fixo. Mesmo a disciplina tornou-se um bloqueador da

criatividade, tendo então que ser substituída por outros mecanismos de comando que possibilitem a liberação dos fluxos de criação ao mesmo tempo que os capturam.

O que então percebemos é que, por possuir uma capacidade de produzir riqueza, os sujeitos sociais atualizam a dinâmica dos conflitos sociais, agora estabelecida entre um comando que quer privatizar as formas de vida e seus conhecimentos singulares, e uma resistência que busca torná-las comuns. Por isso que a exploração torna-se uma experiência de antagonismo, marcada por um novo tipo de trabalho (o imaterial) e uma nova apropriação do valor.

Não estamos querendo dizer que o paradigma da produção imaterial é uma espécie de paraíso no qual podemos produzir livremente em comum e igualmente compartilhar a riqueza social comum. O trabalho imaterial ainda é explorado sob as regras do capital, como o trabalho material (Negri, 2003, p.98).

Essa noção de valor – logo, de exploração – no interior do capitalismo cognitivo, conduziu os teóricos a renovar os conceitos de riqueza e de pobreza. Quanto ao primeiro, tal como Bifo (2005) analisou, a riqueza não pode ser interpretada apenas à luz de uma perspectiva econômica, que a conceitua como “meios que nos permitem consumir”. Nesse sentido, riqueza seria a disponibilidade de dinheiro, de crédito e de poder. Contudo, uma outra resposta associa riqueza a “qualidade do gozo que a experiência está em condições de produzir em nosso organismo”. A primeira é uma riqueza objetivada em bens. A segunda subjetivada na experiência. Ambas aparentemente protagonizam mais uma relação de tensão do que de complementaridade. Contudo, ambas repercutem o mesmo efeito sobre a vida: “o aumento da esfera econômica coincide com uma redução da esfera erótica”, reforça Franco Bifo.

Quanto ao conceito de pobreza, nas análises de Antonio Negri, este aparecerá como o “simples fato de não conseguir dar valor à atividade”. Essa definição resulta em um raciocínio duplo. O primeiro remete à idéia de que os pobres não devem ser considerados como excluídos, visto que as suas atividades produtivas (a cultural é a mais expressiva delas) e seus movimentos políticos provocam, em todo coletivo, quando se tornam concretos, um amplo desejo de apropriação, seja na forma de apoio às lutas, seja na forma de aquisição dos seus modos de vida (da culinária à música, da dança à religião, da economia solidária às redes de solidariedade, da formação de novas lideranças políticas ao trabalho informal, etc). Os pobres são, junto a todos os outros estratos populacionais, portadores do comum³.

Por conseqüência, o segundo raciocínio conduz à interpretação da pobreza como uma condição geral, e não somente que acomete aquela franja populacional miserável conhecida como “exército industrial de reserva”, que, antes, na sua existência material e conceitual na economia

³ Cabe aqui uma explicação metodológica. Toni Negri e Michael Hardt não aceitam a interpretação teórica que a hegemonia de uma forma de trabalho implica um domínio daquela classe na luta política. Quer dizer, o fato de o pobre não ter acesso a meios e bens coletivos não o faz alheio do movimento de construção da História. Ao contrário, é – em muitos casos – o portador da potência de mutação da própria história, por carregar consigo um desejo de ruptura com as formas de domínio sob eles exercido. Pensar fora dessa perspectiva levaria, no âmbito das lutas, a superdimensionar as reivindicações daquela classe mas formalizada nas relações produtivas. “Pensem em todas as tragédias a que essa lógica levou no passado: colocando a prioridade política dos trabalhadores industriais por sobre os camponeses, assalariados homens sobre o trabalho doméstico feminino e assim por diante. Nossas noções dos pobres e do que é comum nos levam, pelo contrário, a uma concepção expansiva e aberta do proletariado” (Negri & Hardt, 2006, p.105).

capitalista, servia como uma chantagem, a classe operária para fazê-la produzir a partir de pressões instituídas pelo regime disciplinar do comando.

Negri & Hardt (2005) ressaltam que não é possível usar o termo “exército industrial de reserva” para descrever a pobreza. Em primeiro lugar porque o “industrial” já não se trata mais de uma unidade, já que o trabalho é cada vez menos industrial e multifacetado em diferentes setores econômicos, particularmente, o de serviços. E quem possui um emprego industrial está subsumido à sua flexibilidade, o que significa dizer que “nenhum emprego é seguro”. Em segundo lugar, porque, como vimos, o conceito de reserva significaria que há aqueles que não fazem nada. E “não fazer nada”, no capitalismo cognitivo, é apenas a qualidade de um “sujeito em coma”, “sujeito sem vida social”.

No entanto, aqueles que não estão nessa situação e, portanto, produzindo sua atividade social (a cultura, os modos de vida, a subjetividade social) são potencialmente vidas a produzir. A criatividade dos pobres torna-se uma potência de produção de valor, independente se isto só faça reproduzir a sua própria condição de exclusão social. “Os pobres, os desempregados e os subempregados de nossas sociedades estão na realidade ativos na produção social, mesmo quando não ocupam uma posição assalariada” (idem, p.178).

O conhecimento dos indígenas do uso medicinal das plantas; a diversidade cultural das manifestações populares, a organização política comunitária; os estilos de vida das mulheres, jovens, dos negros, dos moradores da periferia e dos centros, das tribos, etc, são exemplos gerais da capacidade produtiva de valor daquilo que seria classificado como o improdutivo, o pobre.

Contudo, a pobreza precisa ser extensa a um conceito que a tome como incapacidade de produzir a própria vida. Porque, no cenário contemporâneo do capitalismo, a pobreza é o avesso da liberdade (de criar, de se expressar, de produzir em comum, de constituir mercados, de se associar, de se deslocar, etc). E sendo avesso da liberdade, a pobreza significa a limitação da produção do comum – a linguagem, a cultura, o pensamento, as idéias, o conhecimento, a ciência etc. Por isso que a encarnação da resistência será a própria insistência desses pobres em produzir a própria vida, mesmo correndo risco do lucro pela produção ir para o outro lado, como dizem Negri & Hardt (2005).

Temos percebido, não só nas inovações tecnológicas criadas e alimentadas pelos usuários das redes virtuais, mas também no tecido social, que a novidade do cenário da produção contemporânea é a multiplicidade, com visibilidade global, da criação realizada pelos sujeitos sociais precários – aquilo que mal ou bem denominamos há algum tempo de produção independente, nas artes, na política, na economia, na ciência, na comunicação.

Em todos esses setores, há uma diversidade de iniciativas alternativas ao modo vigente de construção desses campos, que se expressam em experiências como o orçamento participativo, a medicina alternativa, a produção do precariado da cultura, as tecnologias colaborativas da Web 2.0, para ficar em exemplos triviais. Em comum, têm o fato de serem tentativas de construir um outro mundo, tal como reza o lema do Fórum Social Mundial. Um mundo do comum.

A tendência é cada vez mais a ampliação e valorização da produção das bordas. A desgraça é que esta se realiza das bordas da produção. Vive com computador doado, vive com a câmera usada, vive com o celular pré-pago, vive com o teatro com goteira, enfim, produzem na “lógica da gambiarra”. Vive num espaço da precariedade, mas que insiste em produzir. O que faz com que essa realidade não seja somente a das periferias pobres; é uma situação real de todos.

A pobreza também é resultado do não-acesso ao excedente que a cooperação social produz, seja porque é necessário comprá-lo, seja porque não se dá acesso à infra-estrutura que possibilita à produção do e no comum. A realidade da ontologia do ser imaterial é que mesmo pobre não é um “exército industrial de reserva”, mas uma condição geral daqueles que se vêem impossibilitados de produzir porque há a privatização do comum. Além disso, a exploração não se conforma em tomar para si o comum, mas ainda os processos de cooperação produtiva do comum. Tanto o produto, quanto o processo, desde que inovadores, são objetos de captura e de domínio dos dispositivos do comando capitalista. “Se a função da exploração é a de sufocar, reduzir espaço, mobilidade, além da capacidade de cooperação e criação do valor, então o pobre não é somente um excluído, mas é o sujeito exemplar da exploração” (Negri & Hardt, 2005, 111).

Artigo recebido em 07/06/2009 e aprovado em 15/07/09.

Referências

BIFO, Franco. *A fábrica da infelicidade*. Rio de Janeiro: DPA, 2005

COCCO, Giuseppe e MALINI, Fábio. Circular para produzir: novos mecanismos de socialização do conhecimento. In: *Revista Rio de Janeiro: Trabalho e Sociedade*. Rio de Janeiro: IETS, 2003, pp 9-11

CORSANI, Antonela. Elementos de uma ruptura: a hipótese do capitalismo cognitivo. In: COCCO et al. *Capitalismo Cognitivo: trabalho, redes e inovação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003

GORZ, André. *Metamorfoses do Trabalho*. São Paulo. Annablume, 2003

_____, *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005.

LAZZARATO, Maurizio. Trabalho e capital na produção dos conhecimento: uma leitura através da obra de Gabriel Tarde. In: COCCO, Giuseppe; GALVÃO, Alexandre Patez; SILVA, Gerardo. *Capitalismo cognitivo: trabalho, redes e inovação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. Por uma definição do conceito de biopolítica. In *Revista Lugar Comum*. Rio de Janeiro: Nepcom/Labtec – UFRJ, n 5-6. Maio a dezembro de 1998.

NEGRI, Antonio. *De volta – abecedário biopolítico*. São Paulo: Record, 2006.

_____. *Cinco lições sobre o Império*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

_____. *Multidão*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

RULLANI, Enzo. El capitalismo cognitivo: Un déjavu? In: BLONDEAU, Olivier et al. *Capitalismo Cognitivo, propiedad intelectual y creación coletiva*. Madrid: 2004, p.99-128.

VIRNO, Paolo. *La Gramatica de La Multitude*. 2003. Disponível em http://es.wikipedia.org/wiki/Paolo_Virno. Acesso em 20/07/2009